

As 10 Terras Indígenas **mais** **desmatadas** na Amazônia

TODOS OS
OLHOS NA **AMAZÔNIA**



CONSELHO INDIGENISTA
MISSIONÁRIO



Sumário

1. Todos os Olhos na Amazônia	3
2. O monitoramento das 10 TIs mais desmatadas	4
3. A situação de cada uma das 10 TIs	6
3.1. Terra Indígena Apyterewa	6
3.2. Terra Indígena Trincheira Bacajá	9
3.3. Terra Indígena Ituna Itatá	10
3.4. Terra Indígena Cachoeira Seca	12
3.5. Terra Indígena Kayapó	13
3.6. Terra Indígena MUNDURUKU	15
3.7. Terra Indígena Karipuna	17
3.8. Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau	18
3.9. Terra Indígena Sete de Setembro	19
3.10. Terra Indígena Zoró	20
4. Um panorama geral do desmatamento	21
5. Considerações Finais	23

1. Todos os Olhos na Amazônia

O projeto Todos os Olhos na Amazônia/TOA deu início a suas atividades em 2018, conduzido pela Hivos, pelo Greenpeace e pela Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica). Mais de 30 organizações desenvolveram ações no Brasil, no Peru e no Equador nas áreas de tecnologia, direitos humanos e indígenas, conservação da biodiversidade, transparência, incidência e cumprimento da lei.

No Brasil, o programa foi responsável pela realização de mais de 106 atividades entre 2018 e 2022, que beneficiaram diretamente mais de 85 mil pessoas.

Uma das atividades desse conjunto de ações foi o monitoramento das 10 Terras Indígenas mais desmatadas na Amazônia, que acompanhou durante o período de um ano - especificamente entre agosto de 2021 a julho de 2022 - o avanço do desmatamento nessas áreas.

Apresentamos neste produto a situação detalhada do desmatamento em cada uma das TIs analisadas durante o período que foi realizado o monitoramento.



2. O monitoramento das 10 TIs mais desmatadas

O monitoramento foi feito levando em consideração um dos territórios que mais apresentaram desmatamento segundo o PRODES, do INPE, de 2018 a 2021.

Selecionamos as 10 TIs a partir de escolhas estratégicas feitas pela coordenação do TOA em 2021, que levou em consideração o cenário político que estava instaurado durante esse período. O nome de cada uma delas está listado logo em seguida:

1. Apyterewa
2. Cachoeira Seca
3. Ituna/Itatá
4. Trincheira Bacaja
5. Karipuna
6. Kayapó
7. Munduruku
8. Sete de Setembro
9. Uru-Eu-Wau-Wau
10. Zoró

A partir dessa seleção, o monitoramento foi feito em duas etapas:

- (i) **Produção de mapas de uso da terra em alta resolução, que indicaram as áreas de desmatamento em cada uma das 10 TIs.**

Para a elaboração dos mapas de uso da terra foram utilizadas como base, imagens do satélite Planet - disponibilizadas pelo projeto *NICFI (Norway's International Climate and Forests Initiative Satellite data Program)* - que possuem resolução

espacial de 5 metros. Essa alta resolução permitiu alcançar o nível de detalhe desejado para esse monitoramento específico, além do uso de diversas imagens em diferentes datas no mesmo mês.

Nas áreas mapeadas foram identificadas áreas de garimpo, de exploração madeireira e de criação de gado. Além disso, foram constatadas a presença de estradas, escavadeiras hidráulicas, além de uma vila irregular, que está em expansão desde 2016 e é utilizada como apoio logístico para garantir o avanço do desmatamento.

(ii) Sobrevoos para validação dos mapas.

Foram realizados em todas as 10 TIs, durante o mês de maio de 2022. Além da validação dos mapas, o sobrevoos possibilitou registrar o impacto causado pelo desmatamento em cada uma das áreas em foto e em vídeo.

3. A situação em cada uma das 10 TIs

3.1. Terra Indígena Apyterewa

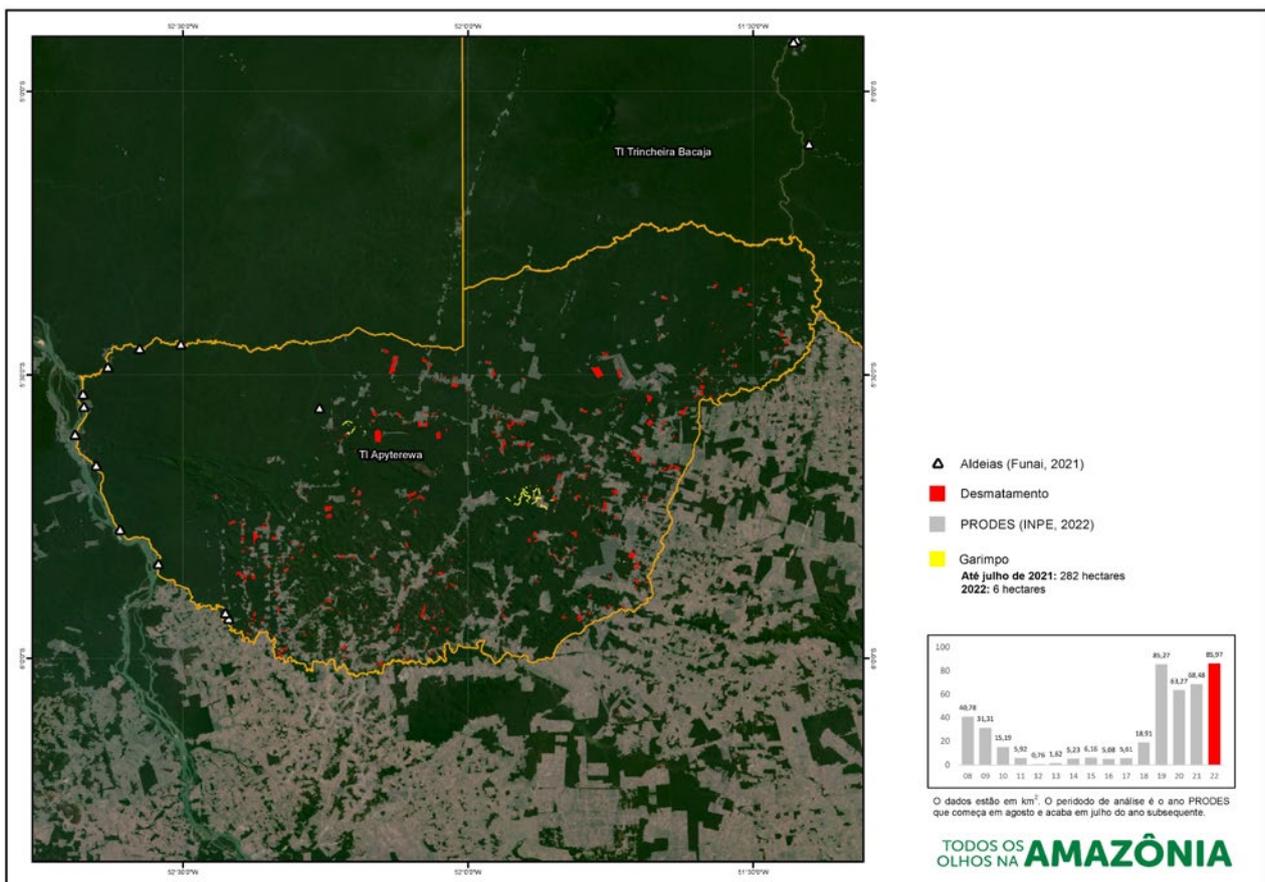
Etnias:
Parakanã

Área:
7.739,9 km²

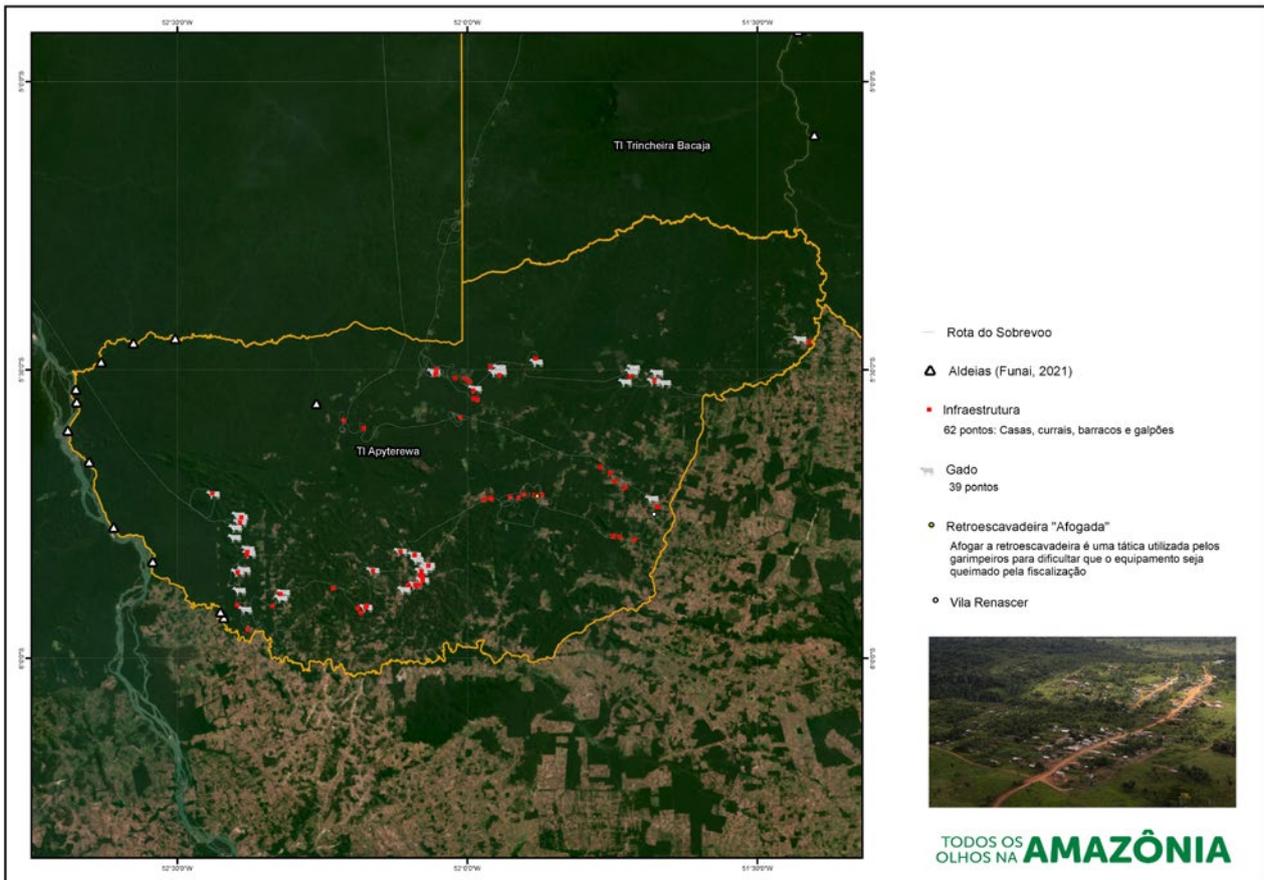
Decreto de Homologação:
19/04/2007

Município/UF:
São Félix do Xingu/PA

Resultado do mapeamento:



Sobrevoos:



Indígenas pedem à Justiça Federal a retirada de invasores das terras Apytereua

Eles denunciam que as áreas estariam sendo alvo de crimes ambientais no sudoeste do Pará.



Indígenas procuram a Justiça Federal em Altamira para pedir a retirada de invasores

Índios de dez aldeias procuraram a Justiça Federal em Altamira, sudoeste do Pará, para cobrar a retirada de invasores das terras Apyterêua. Eles denunciam que as áreas estariam sendo alvo de crimes ambientais.

Os grupo da etnia Parakana é liderança de dez aldeias da terra indígena, que abrange os municípios de Altamira e **São Félix do Xingu**. Segundo eles, os invasores estariam nas terras há mais de dez anos.

Madeireiros, fazendeiros e garimpeiros estariam praticando crimes ambientais, principalmente o desmatamento ilegal e o roubo de madeira.

*Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do **G1 Pará no (91) 98814-3326.***

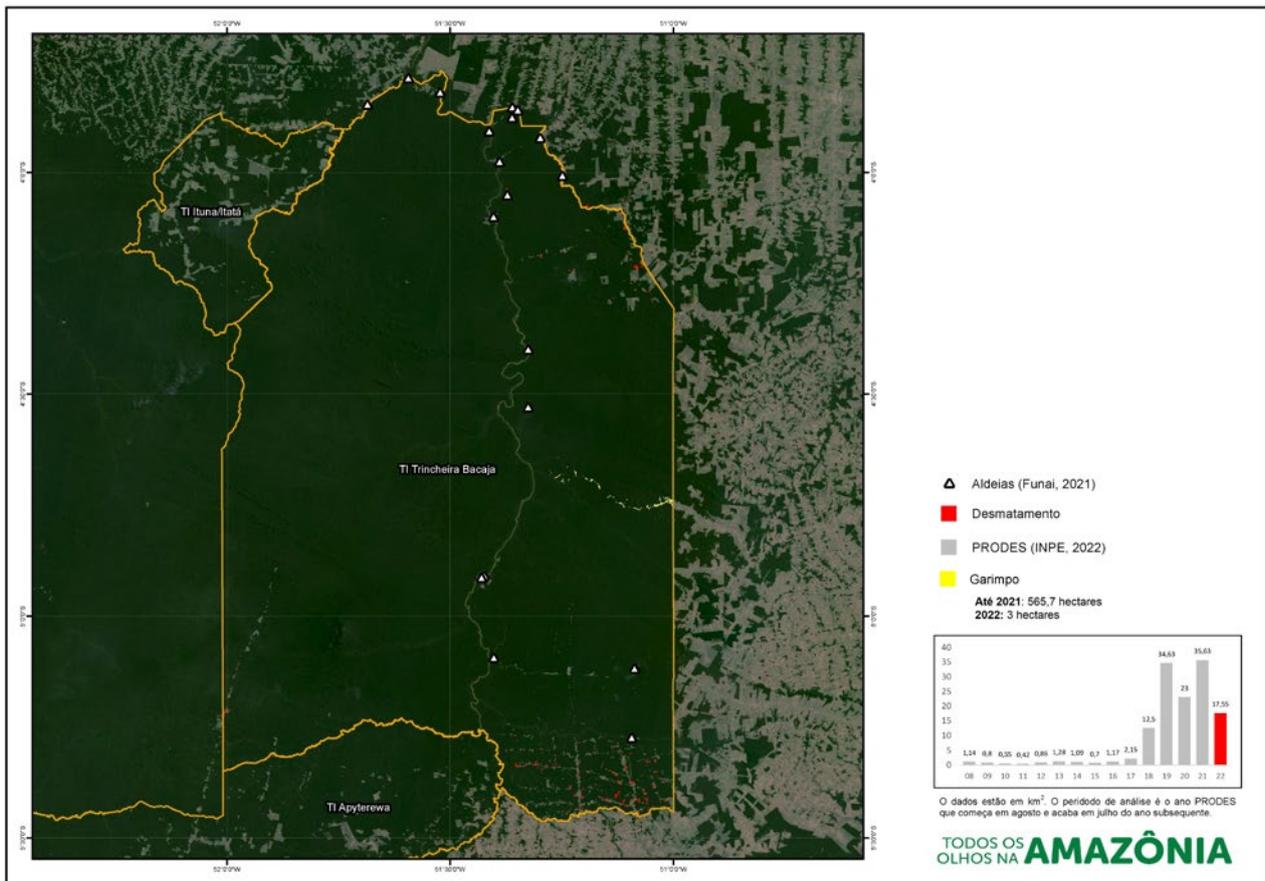
3.2. Terra Indígena Trincheira Bacajá

Etnias:
Araweté, Asurini do Xingu

Decreto de Homologação:
04/10/1996

Área:
16.529 km²

Município/UF:
**Senador José Porfírio, Anapu,
São Félix do Xingu, Altamira/PA**



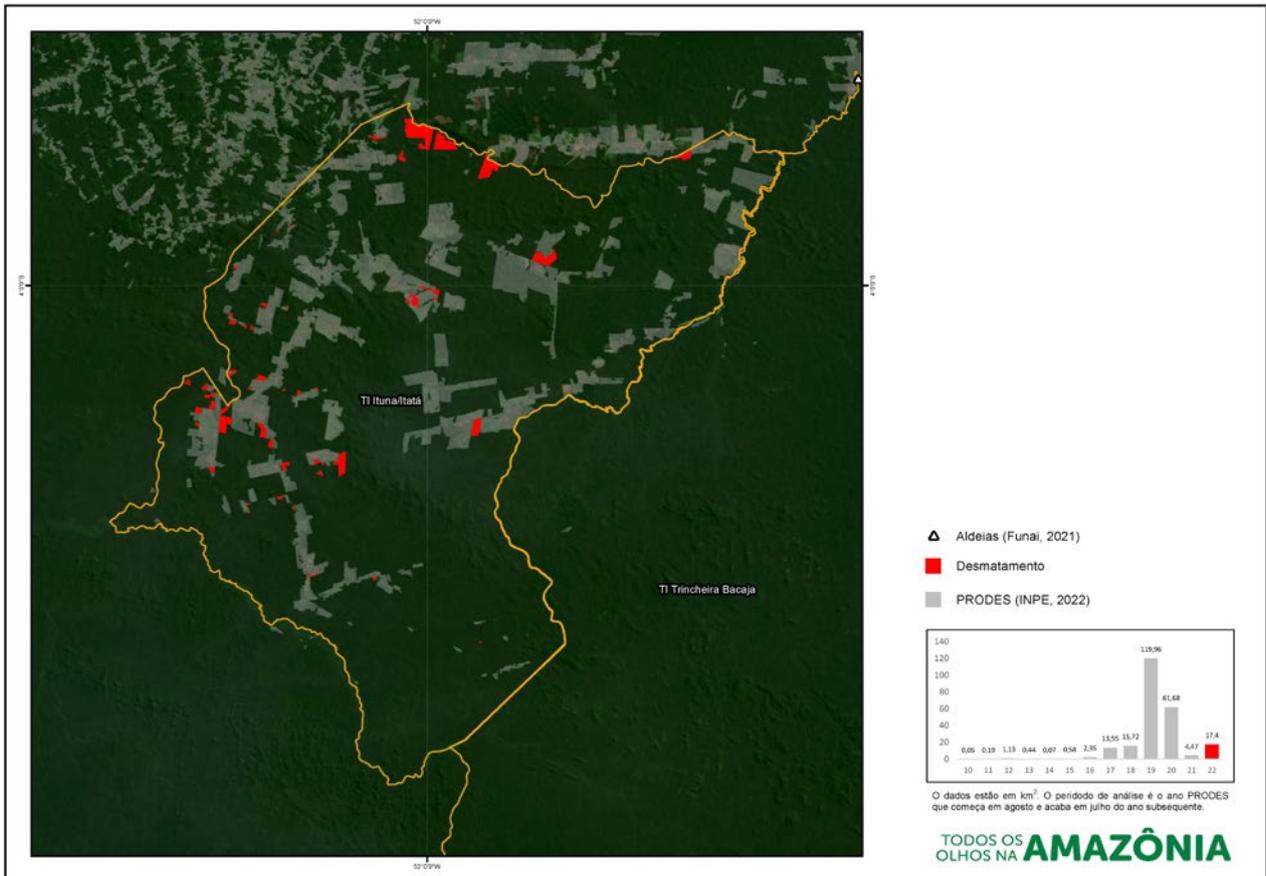
3.3. Terra Indígena Ituna Itatá

Etnias:
Isolados

Área:
1.428 km²

Sete Portarias com Restrição
de Uso desde **11/01/2011**

Município/UF:
Senador José Porfírio, Altamira/PA



Fogo, grileiros e gado ameaçam terra de indígenas isolados que liderou desmatamento

Em menos de três anos, desmatamento na Terra Indígena Ituna Itatá atingiu cerca de 11% do território

POR DEUTSCHE WELLE | 20.10.2020 09H34

Terra indígena (TI) mais desmatada da Amazônia em 2019, a Ituna-Itatá concentra este ano mais de 600 focos de calor detectados pelo satélite S-NPP, monitorado pelo Inpe. Mais da metade desses focos foram registrados na primeira quinzena de outubro, em um processo de ocupação que envolve ainda esquemas de grilagem, criação e “lavagem” de gado.

O território por onde o fogo avança vivencia uma investida sem precedentes de invasores não indígenas que pressionam toda a região do Médio Xingu, no Pará, afetando também outras terras indígenas nas proximidades, como as TIs Trincheira Bacajá, Cachoeira Seca e Apyterewa. Diferentemente desses outros territórios, a Ituna-Itatá abriga indígenas isolados, sobre os quais pouco se sabe, mas cuja presença foi descrita em dois pareceres técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Ituna-Itatá é uma terra indígena de 1.420 km² em fase de estudo e com restrição de uso, estágio que impede o ingresso e a permanência de pessoas sem autorização da Funai. No entanto, 94% dessa terra pública foi recentemente registrada no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em nome de “proprietários” autodeclarados, segundo um levantamento realizado pelo Greenpeace.

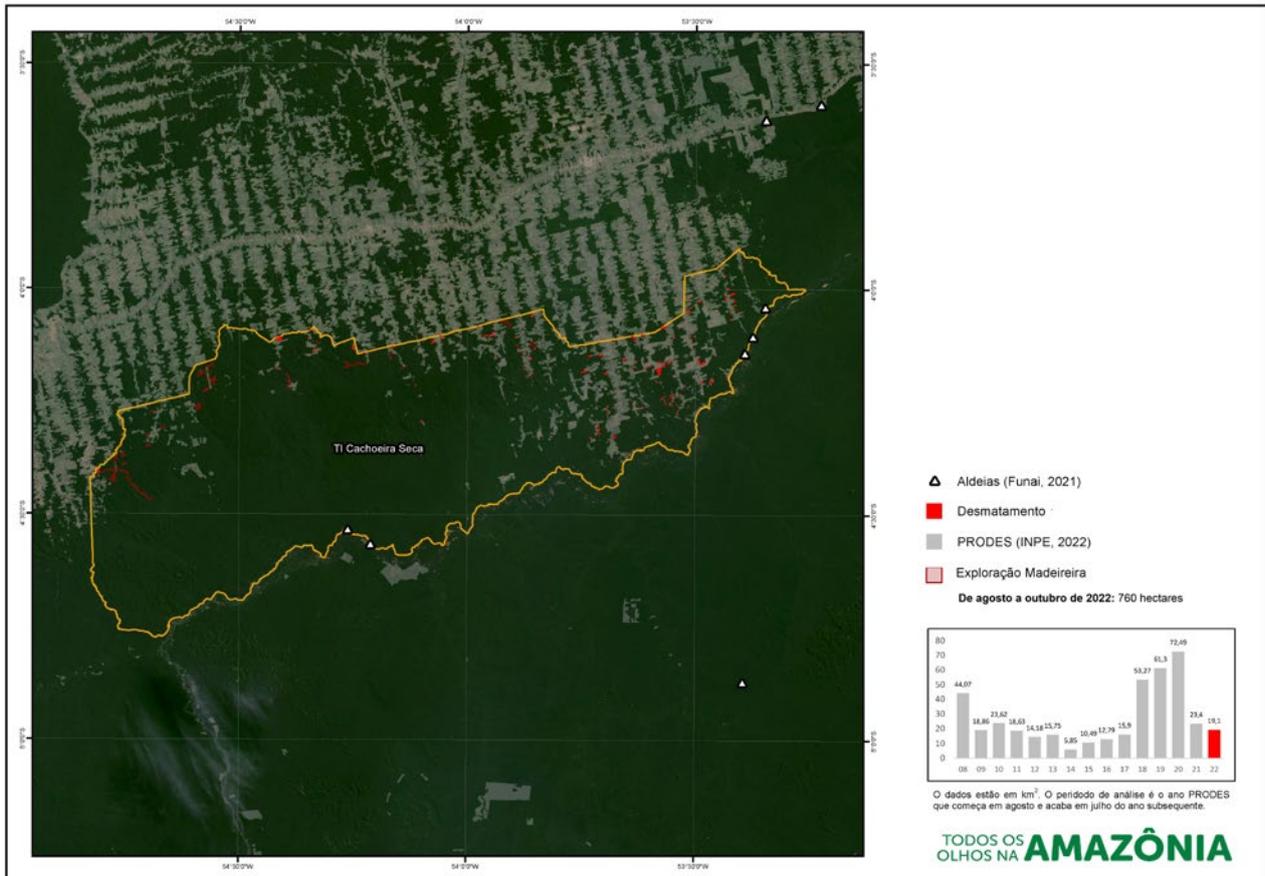
3.4. Terra Indígena Cachoeira Seca

Etnias:
Arara

Área:
7.324 km²

Decreto de Homologação:
04/04/2016

Município/UF:
Altamira, Placas, Uruará/PA



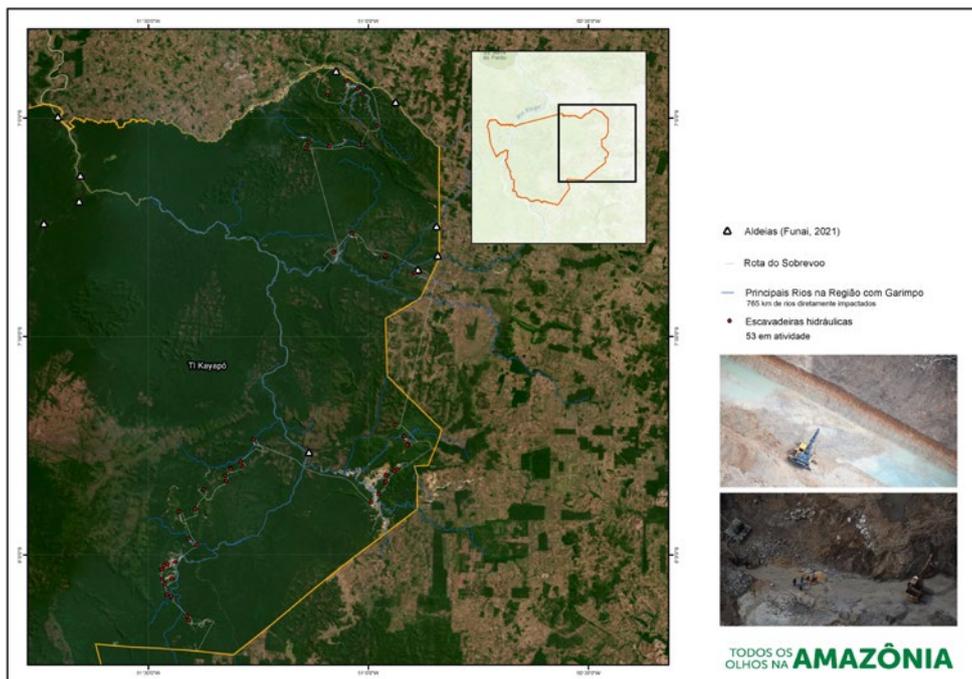
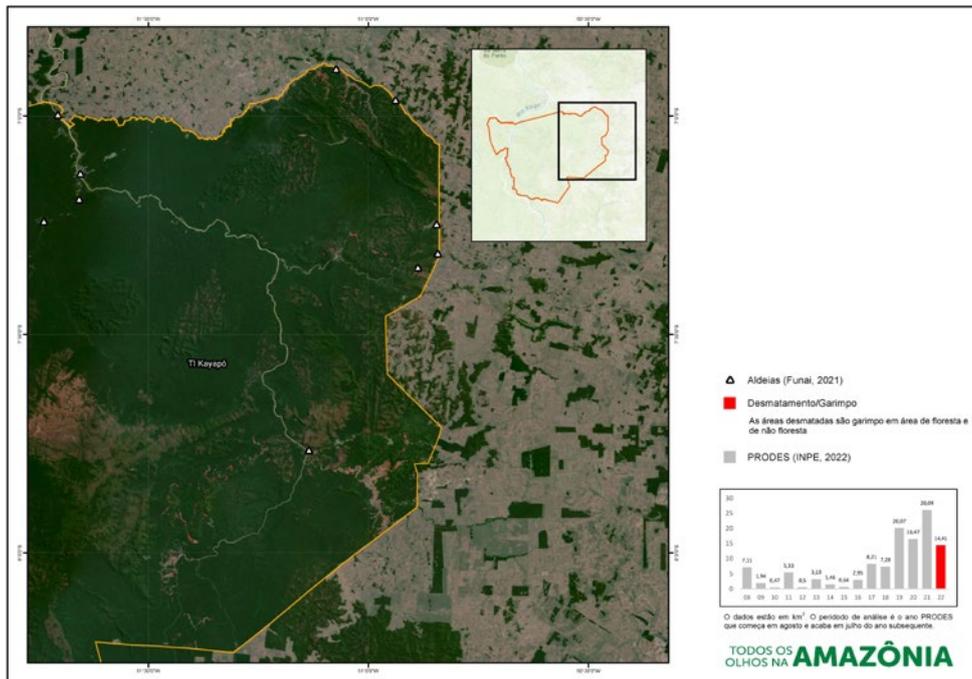
3.5. Terra Indígena Kayapó

Etnias:
Kayapó

Decreto de Homologação:
29/10/1991

Área:
32.820 km²

Município/UF:
São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte, Bannach/PA



Demanda internacional por manganês ameaça indígenas Kayapó no sudeste do Pará

Amazônia Minada aponta crescimento incomum de requerimentos por manganês em 2020, quando o metal passou a ser o segundo mais solicitado em terras indígenas, atrás apenas do ouro. Algumas das melhores jazidas do mundo estão no território do povo Kayapó, o mais afetado pelo recorde de pedidos. Exploração ilegal aumentou e indígenas denunciam o garimpo em suas terras.

Povos Kayapó que habitam terras indígenas no sudeste do Pará estão sofrendo o impacto da alta demanda da China por manganês, um metal indispensável para a fabricação do aço que abastece **obras de infraestrutura bancadas pelo governo do país asiático**. A corrida pelo minério jogou o preço internacional nas alturas e, no Brasil, a consequência foi um aumento da ilegalidade. “A Polícia Federal tem apreendido quase que semanalmente caminhões com manganês em barreiras no interior do Pará”, **confirmou em fevereiro a Agência Nacional de Mineração (ANM)**, através de sua assessoria de imprensa.

Segundo a agência reguladora, a origem provável do manganês ilegal é o sudeste do Pará, uma região onde indígenas Kayapó vivem sobre algumas das melhores jazidas do mundo, nos arredores da província mineral de Carajás.

O **projeto Amazônia Minada**, que monitora a incidência de requerimentos minerários em terras indígenas (TIs) – atualmente fechadas para a mineração – apontou um crescimento incomum em 2020 nos pedidos para manganês. Enquanto historicamente esse minério respondeu por pouco mais de 1% das requisições em terras indígenas brasileiras, no ano passado ele representou 15% do total de pedidos – a grande maioria concentrada na área dos Kayapó.

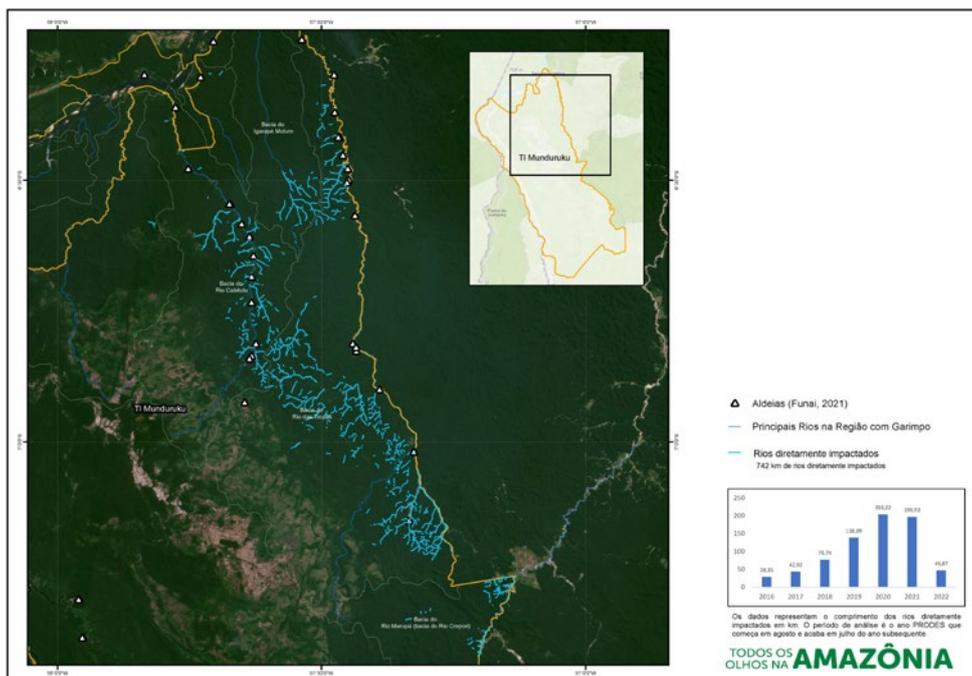
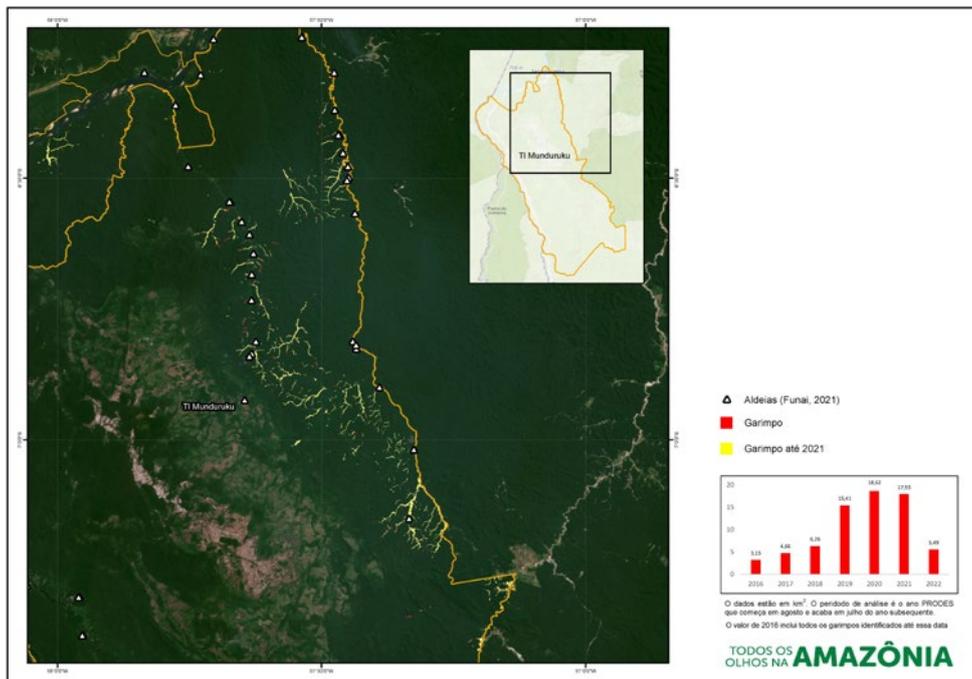
3.6. Terra Indígena Munduruku

Etnias:
Munduruku

Decreto de Homologação:
26/02/2004

Área:
23.859 km²

Município/UF:
Jacareacanga (98%), Itaituba (2%)/PA



Enquanto Bolsonaro discursava, os Munduruku eram atacados (mais uma vez) pelo garimpo

Garimpeiros e indígenas aliados pelo garimpo protagonizam investidas contra as terras da tribo; MPF aponta falta de fiscalização

POR ANA FLÁVIA GUSSEN | 23.04.2021 14H13



Enquanto o presidente da República, Jair Bolsonaro, discursava na [Cúpula de Líderes do Clima](#), o conflito entre povos indígenas e garimpeiros no sudoeste do Pará se intensificava. Somente nesta semana, garimpeiros e índios pró-garimpo atacaram duas vezes o espaço de encontro das mulheres munduruku – que lutam contra a invasão do garimpo ilegal – na cidade de Jacareanga. Também foram roubados um motor de barco e 830 litros combustível na cidade.

Segundo relatos, é a terceira vez que a entidade é atacada pelo mesmo grupo em menos de um mês, e um Segundo uma fonte que estava no local, policiais militares estavam no local e um dos invasores teria inclusive filmado o crime. Temerosos, os moradores da terra indígena relatam ameaças de morte e a destruição do meio ambiente.

Só em 2020, foram desmatadas nas terras Munduruku e Sai Cinza, no alto Tapajós, áreas equivalentes a mais de dois mil campos de futebol. A terra indígena Munduruku perdeu, segundo o INPE, 2.052 hectares de floresta para o garimpo ilegal.

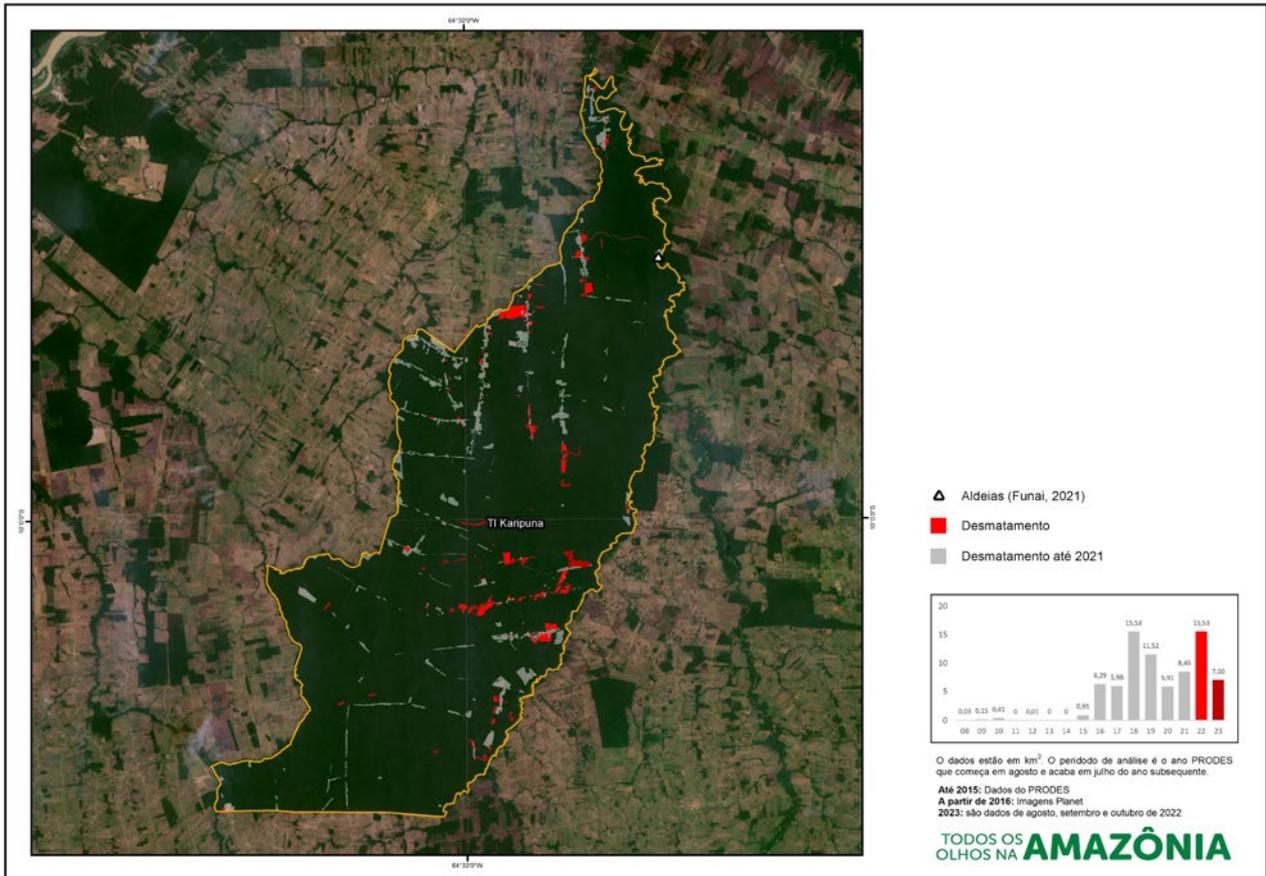
3.7. Terra Indígena Karipuna

Etnias:
Karipuna

Decreto de Homologação:
08/09/1998

Área:
1.533 km²

Município/UF:
Nova Mamoré e Porto Velho/RO



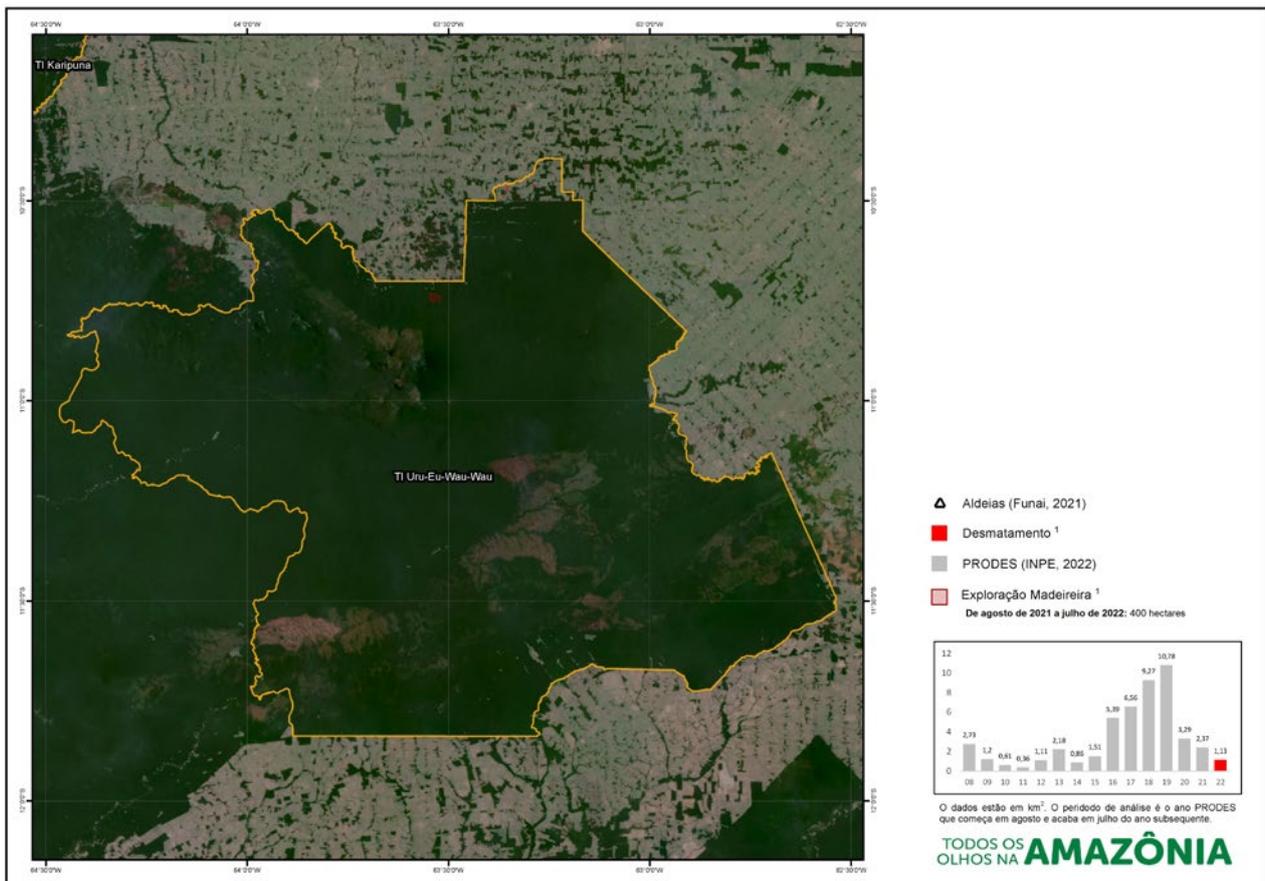
3.8. Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau

Etnias:
Uru-Eu-Wau-Wau, isolados

Decreto de Homologação:
29/10/1991

Área:
18.684 km²

Município/UF:
Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé, Governador Jorge Teixeira, Seringueiras e outros/RO



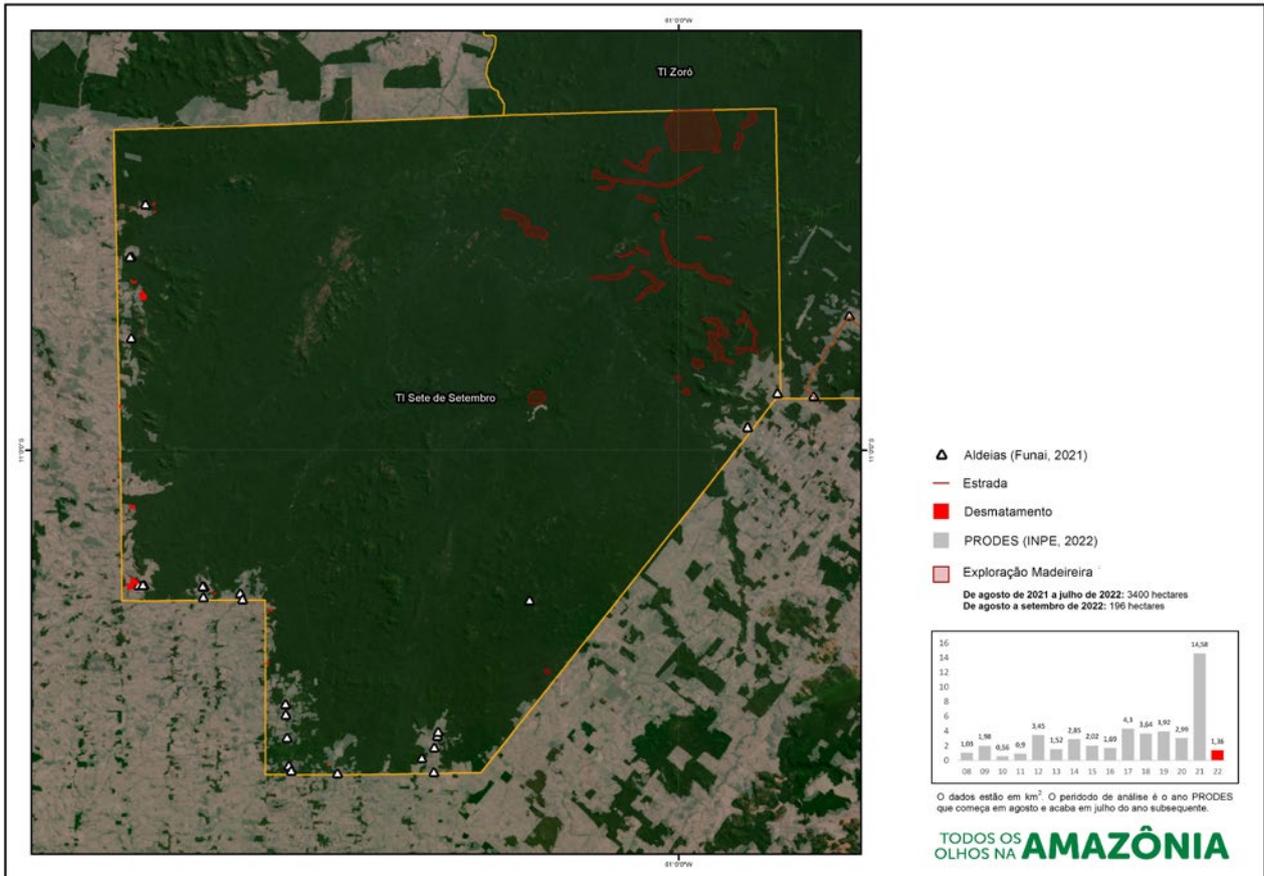
3.9. Terra Indígena Sete de Setembro

Etnias:
Suruí de Rondônia

Área:
2.490 km²

Decreto de Homologação:
18/10/1983

Município/UF:
Rondolândia/MT, Cacoal/RO



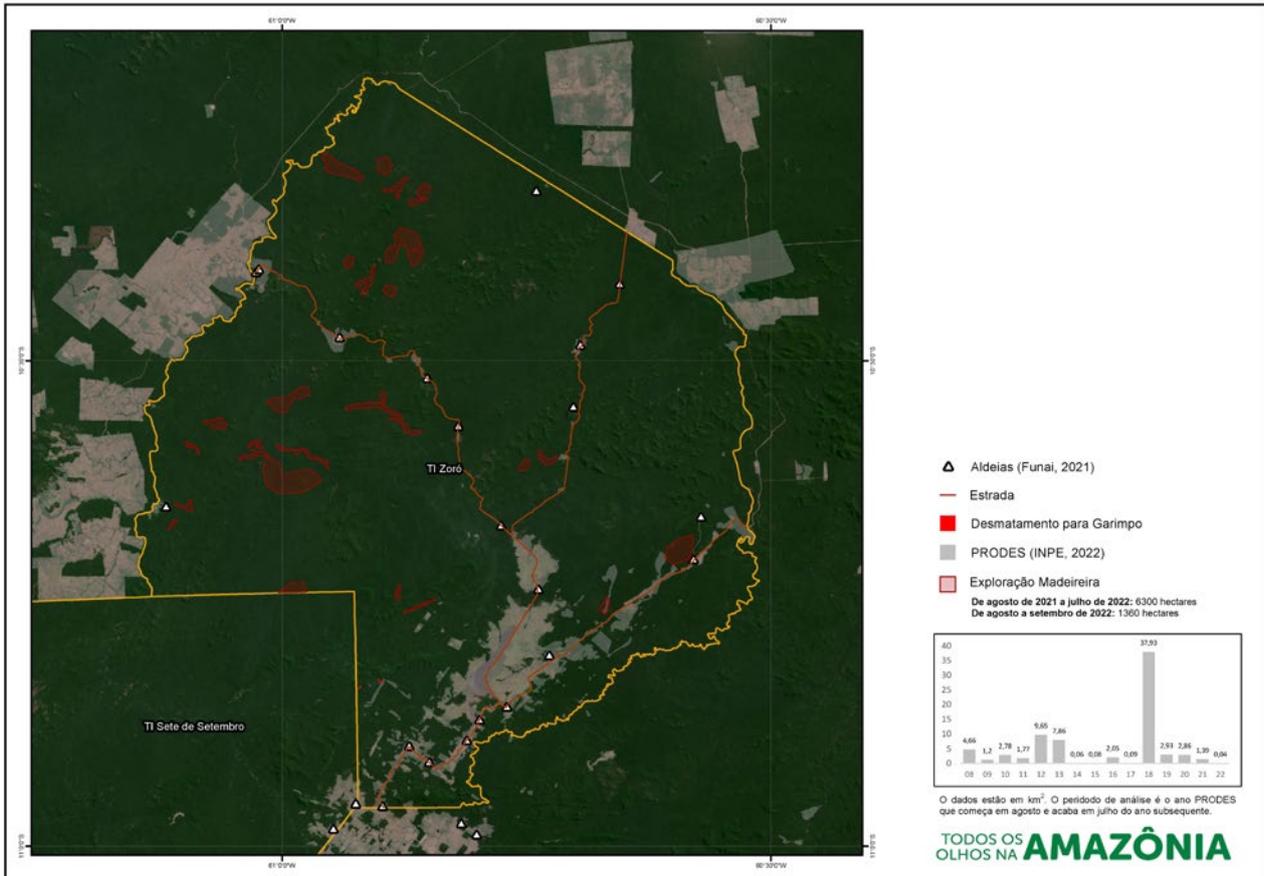
3.10. Terra Indígena Zoró

Etnias:
Zoró

Decreto de Homologação:
29/10/1991

Área:
3.546 km²

Município/UF:
Rondolândia/MT



4. Um panorama geral do desmatamento

1. O desmatamento está em alta nas TI Apyterewa, TI Karipuna e TI Ituna/Itatá.
2. Houve uma redução em relação a 2021 nas TIs Cachoeira Seca e Trincheira Bacajá, porém os valores indicam que os processos de invasão persistem.
3. Houve uma redução no desmatamento nas TI Kayapó e TI Munduruku, sendo a maior redução na TI Munduruku. Os desmatamentos nesses territórios são de garimpos. Além disso, há garimpos em áreas de não floresta na TI Kayapó.
4. O desmatamento na TI Uru-Eu-Wau-Wau foi pequeno dentro de uma área já invadida no setor noroeste do território.
5. O desmatamento nas TI Zoró e TI Sete de Setembro foi muito pequeno. Essas terras estão na lista, porque apresentaram picos de desmatamento em 2018 e em 2021.
6. As áreas de exploração de madeira das TI Zoró foi de 6300 hectares e na TI Sete de Setembro, de 3400 hectares.
7. As áreas de exploração de madeira na TI Cachoeira Seca foi de 1440 hectares. Foi identificada uma pequena área de exploração de madeira na TI Uru-Eu-Wau-Wau (400 hectares).

- 8.** Os desmatamentos novos na TI Kayapó e TI Munduruku mapeados são áreas de garimpo.
 - a.** Apesar da redução dos valores anuais, os garimpos nesses dois territórios deixam um grande impacto nos rios e igarapés onde se encontram, totalizando mais de 700 km de rio diretamente impactados, sendo que muitos já estão totalmente destruídos.
 - b.** O garimpo nesses territórios não é artesanal. Foram observadas 53 escavadeiras hidráulicas na TI Kayapó.
- 9.** Foram identificados pequenos novos garimpos na TI Apyterewa (6 hectares), TI Trincheira Bacajá (3 hectares) e TI Zoró (4 hectares).
- 10.** Na TI Apyterewa foi observado gado e estruturas ligadas à pecuária como fazendas, casas, currais e galpões ao longo do sobrevoo de maio de 2022. Sobrevoamos a Vila Renascer, que se encontra dentro da TI e abastece os invasores.

5. Considerações Finais

O estudo feito pelo Greenpeace, no âmbito do projeto Todos os Olhos na Amazônia, mostra que as Terras Indígenas da Amazônia continuam sendo vorazmente engolidas por um sistema econômico que não só exaure os recursos naturais presentes nesses territórios como desestrutura completamente o modo de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

É urgente que as autoridades brasileiras montem um pacote abrangente de políticas públicas, que interrompa a ação dos vetores de desmatamento, resguarde a integridade das terras e mantenha a possibilidade de que os povos originários vivam de acordo com seus costumes e tradições. A grilagem, o roubo de madeira, as queimadas e o garimpo precisam ser urgentemente interrompidos, sob o risco de perdermos vidas e comprometermos de maneira irreparável uma série de recursos naturais amazônicos como rios e florestas.

É importante lembrar também que os povos em isolamento voluntário correm um enorme risco, mesmo que em alguns territórios tenha sido assinalada redução de desmatamento (como na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau). O convívio forçado com garimpeiros e o aliciamento promovido por invasores é mais um fator de violência contra os povos originários - principalmente aqueles que não estão acostumados com a malícia e artimanhas usadas pelos criminosos ambientais.

Algumas considerações sobre cada Terra Indígena:

Apyterewa: possui dois terços de seu território comprometido. É uma Terra Indígena em situação delicada, que merece bastante atenção por parte do poder público.

Trincheira-Bacajá: está com sua porção Sul toda comprometida e um foco de invasão em sua área nordeste.

Kayapó: tem o garimpo feito nos rios como seu principal problema; o tamanho dos garimpos é assustador e possui impactos significativos no meio ambiente

Munduruku: seu principal problema é o garimpo - cerca de 15% de sua área está ocupada por esta atividade. Jacareacanga, cidade próxima, está com índice alarmantes de desmatamento causado por garimpo. Cerca de metade da população deste território é afetada pela atividade garimpo - seja pela dificuldade de caça, por ficarem sem água potável para beber e tomar banho ou porque foram contaminados por mercúrio.

Cachoeira Seca do Iriri: registra várias Invasões a partir dos ramais que saem da Transamazônica. Mostra incremento de desmatamento ao longo das fazendas que estão situadas nesses ramais. O Oeste dessa Terra Indígena registra muita exploração de madeira

Ituna-Itatá: registra grandes propriedades em sua porção Norte e o movimento de expansão de áreas desmatadas que ocorreu ali em 2019 continua acontecendo - mesmo que em menor proporção.

Uru-Eu-Wau-Wau: É uma Terra Indígena, cercada, principalmente em sua porção Norte. Possui um histórico de grande desmatamento e ameaças a seus habitantes, incluindo povos em isolamento voluntário.

Karipuna: Muito pressionada e ameaçada, esta TI registrou desmatamento em seu lado leste, algo nunca antes visto na região. Parte do desmatamento nesta Terra Indígena servirá, muito provavelmente, como pasto em 2023.

Sete de Setembro: Registra exploração ilegal de madeira em suas porções Norte e Nordeste

Zoró: possui várias estradas em seu interior e registra exploração ilegal de madeira em larga escala.

Não há mais tempo! A escala de destruição vista em cada uma dessas Terras Indígenas - e a recorrência com que os crimes ambientais se mantêm ao longo do tempo nessas áreas - mostram que precisamos urgentemente interromper este ciclo de exploração insustentável. Que a sociedade brasileira acorde o quanto antes e entenda a gravidade do que está acontecendo nos territórios originários de nosso país. Antes que seja tarde demais e tenhamos comprometido, de maneira irremediável, as condições para a manutenção da vida em nosso planeta. A retirada dos criminosos e conservação dos territórios originários é uma das tarefas mais necessárias e urgentes para garantir o nosso futuro - e o de nossos filhos e netos.

TODOS OS OLHOS NA **AMAZÔNIA**



CONSELHO INDIGENISTA
MISSIONÁRIO

